



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE PERÍCIAS EM GEOLOGIA – SEPGeo/DPEMAP/INC/DITEC/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.013051/2021-90

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de espectrômetros de fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF) portátil (do tipo pistola), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	<u>VALOR UNITÁRIO</u> (Referencial) R\$	<u>VALOR TOTAL</u> (Referencial) R\$
1	Espectrômetro de fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF) portátil (do tipo pistola), com filtros, calibração para análises de metais preciosos, ligas metálicas, materiais geológicos, solos, com modo espectrometria, faixa elementar mínima de magnésio (Mg) a urânio (U), em ar. Acompanhado de gabinete portátil acoplável e softwares específicos para análises, aquisição e tratamento de sinais e espectros para confecção de bibliotecas de amostras.	443250	Unid	5	455.274,76	2.276.373,81
2	Espectrômetro de fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF) portátil (do tipo pistola), com filtros configuráveis e calibração para análises de metais preciosos, ligas metálicas, materiais geológicos e solos, com modo de espectrometria, faixa elementar de Sódio (Na) a urânio (U), com kit de hélio, e magnésio (Mg) a urânio (U), em ar. Acompanhado de gabinete portátil acoplável, kit de hélio e softwares específicos para análises aquisição e tratamento de sinais e espectros para confecção de bibliotecas de amostras.	443250	Unid	2	531.630,25	1.063.260,49
3	Espectrômetro de fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF) portátil (do tipo pistola), com filtros e calibração para análises de metais preciosos, ligas metálicas, materiais geológicos e solos, faixa elementar mínima de magnésio (Mg) a urânio (U), em ar. Acompanhado de gabinete portátil acoplável, padrões e softwares específicos para análises.	443250	Unid	13	493.143,76	6.410.868,85

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s)

Órgão Gerenciador:

item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Espectrômetro de fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF) portátil (do tipo pistola), com filtros, calibração para análises de metais preciosos, ligas metálicas, materiais geológicos, solos, com modo espectrometria, faixa elementar mínima de magnésio (Mg) a urânio (U), em ar. Acompanhado de gabinete portátil acoplável e softwares específicos para análises, aquisição e tratamento de sinais e espectros para confecção de bibliotecas de amostras.	Unid	1	5	5
2	Espectrômetro de fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF) portátil (do tipo pistola), com filtros configuráveis e calibração para análises de metais preciosos, ligas metálicas, materiais geológicos e solos, com modo de espectrometria, faixa elementar de Flúor (F) a urânio (U), com kit de hélio, e magnésio (Mg) a urânio (U), em ar. Acompanhado de gabinete portátil acoplável, kit de hélio e softwares específicos para análises aquisição e tratamento de sinais e espectros para confecção de bibliotecas de amostras.	Unid	1	2	2
3	Espectrômetro de fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF) portátil (do tipo pistola), com filtros e calibração para análises de metais preciosos, ligas metálicas, materiais geológicos e solos, faixa elementar mínima de magnésio (Mg) a urânio (U), em ar. Acompanhado de gabinete portátil acoplável, padrões e softwares específicos para análises.	Unid	1	13	13

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (24912045), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Os 20 (vinte) espectrômetros de fluorescência de raios-x (FRX) portáteis a serem adquiridos, serão distribuídos entre quinze Unidades de Criminalística da Polícia Federal e serão utilizados não só para atender demandas locais, como também serão empregados no âmbito do Programa Ouro Alvo. Assim conforme inciso II, do Art. 3º do Decreto 7.892/2013, a aquisição dos bens será com previsão de entrega parcelada, justificando-se assim a realização de Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços - SRP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os equipamentos adquiridos não implicam em impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água. Adicionalmente, seguem o critérios de proteção Radiológica da Comissão Nacional de Energia Nuclear em conformidade com a Posição Regulatória 3.01/001:211 da Norma CNEN-NN-3.01 (DIRETRIZES BÁSICAS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA).

5.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. DA AMOSTRA DO EQUIPAMENTO

6.1. A empresa deve apresentar após a aceitação e antes do envio da amostra, uma carta para comprovar que possui assistência técnica e técnicos qualificados no país;

6.2. Para fins de avaliação de compatibilidade com as especificações demandadas, a Administração exigirá do licitante classificado em primeiro lugar, para cada item, antes da aceitação da proposta, a disponibilização de um equipamento montado para a avaliação e validação.

6.3. O prazo de disponibilização para a avaliação será de até 60 (sessenta) dias para cada item, com início de contagem a partir do comando do pregoeiro, logo que encerrada a fase de lances.

6.4. Considerando o subitem acima, os licitantes interessados devem ficar em alerta com o seu equipamento preparado para a disponibilização para avaliação.

6.5. Caso a Contratante exija a disponibilização do equipamento para avaliação e o licitante não o disponibilize no prazo definido, este será desclassificado e será convocado o próximo licitante.

6.6. O equipamento deverá ser disponibilizado e instalado para avaliação, no Setor de Perícia em Geologia – SEPGeo/DPEMAP/INC/DITEC/PF, telefone (61) 2024-9151, localizado na SPO Quadra 7 Lote 23 - Edifício do Instituto Nacional de Criminalística – Setor Policial Sul, Brasília/DF, CEP 70610-200.

6.7. Será necessário o apoio do SEPGeo/DPEMAP/INC/DITEC, para a avaliação do equipamento, visto que possui laboratório e amostras adequadas para a prova e teste do objeto.

6.8. O licitante convocado para disponibilizar o equipamento poderá disponibilizar um profissional do seu quadro de colaboradores para acompanhar a avaliação e validação.

6.9. A verificação da qualidade dar-se-á a partir de análise que visem atender aos seguintes critérios previstos no ETP:

- a) conformidade com as especificações técnicas e critérios especificados no ETP;
- b) testes de leituras com padrões primários, secundários e amostras com materiais (ligas preciosas, metais, minérios, padrões de solos contaminados e materiais auríferos) compatíveis para cada modo de calibração;
- c) testes de exportação de dados conforme critérios especificados no ETP.
- d) testes para aferição do uso e funcionamento seguro para proteção radiológica do usuário.

6.10. 02 (dois) servidores designados pelo chefe do SEPGeo/DPEMAP/INC/DITEC realizarão análises mencionadas, cabendo a estes servidores avaliar a eficácia e funcionalidade do equipamento frente ao observado nas amostras, emitindo um relatório técnico com os resultados obtidos que ficará a disposição das empresas participantes do pregão eletrônico.

6.11. A comprovação dos resultados será feita por intermédio da correlação dos resultados adquiridos visando testar a eficácia da aquisição do equipamento para uso pericial, respeitando os métodos de calibração e compatibilidade das amostras e padrões a serem testados e adequabilidade com as especificações e objetivos do ETP.

6.12. Após a divulgação do resultado final da licitação, os equipamentos entregues para testes deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 dias úteis.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O prazo de entrega dos bens é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, cada item em remessa única, no seguinte endereço Instituto Nacional de Criminalística – INC, SAIS Quadra 07 Lote 23 Brasília – DF, CEP: 70610-200, em horário previamente agendado entre 08h00min e 17h00min horas.

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 40 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. Fornecer treinamento para o quantitativo de participantes especificado em cada item. O treinamento deverá ser realizado no Instituto Nacional de Criminalística (INC), endereço SPO Quadra 7, Lote 23, Setor Policial Sul, CEP: 70610-200, Brasília / DF, com intermediação de funcionários do SEPMA/DPER/INC/DITEC/PF, em horários e data previamente agendada, após a entrega do equipamento. O treinamento deverá ser ministrado por profissional comprovadamente capacitado e possuir carga horária compatível para abranger todas as funcionalidades do equipamento e softwares, operação segura, obtenção correta de dados, exercícios práticos de uso, manutenções e requisitos de proteção radiológica.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, número de série, procedência e prazo de garantia ou validade;*

9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e/ou inglês e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

9.1.8. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante. Não são permitidos equipamentos que estejam em fase de protótipo ou reprodução, nem equipamentos confeccionados especificamente para esta licitação.

9.1.9. Considerar como de sua responsabilidade todas as despesas, como frete, seguro e outras, inerentes ao deslocamento dos equipamentos até o endereço de entrega.

9.1.10. Responsabilizar-se pelo fornecimento, assistência técnica e substituição dos equipamentos constantes neste Termo de Referência.

9.1.11. Assumir todos os ônus decorrentes da execução da garantia e assistência técnica e responsabilizar-se pela perfeita execução de todas as obrigações delas decorrentes.

9.1.12. Responder pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.

9.1.13. Colocar à disposição da Administração todos os meios necessários à comprovação da

qualidade e operacionalidade dos equipamentos fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

9.1.14. Assumir o ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos e contribuições sociais federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste certame.

9.1.15. Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução do contrato, não transferindo à Administração, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto do pregão.

9.1.16. Informar imediatamente à Administração as alterações de dados do fornecedor, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação da Administração com o fornecedor.

9.1.17. A contratada deverá comprovar regularidade trabalhista, perante o SICAF, e prévia consulta ao CADIN, de acordo com a Instrução Normativa nº 4/2013 – SLTI/MPOG.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a

manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I =$ (TX)	$I =$	(6 / 100)	$I =$ 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
---------------	-------	----------------------	--

365

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

- 14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

16. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

- 16.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 16.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 16.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada no local de entrega do equipamento, ou, quando tecnicamente inviável, por meio de assistência técnica reconhecida e/ou autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 16.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 16.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 16.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 16.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 16.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 16.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 16.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 16.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo; ou
 - cometer fraude fiscal.
- 17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - Multa:
 - moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o

- valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 trinta dias;
2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 3. o percentual da multa moratória será aplicado nos casos de eventuais atrasos na prestação dos serviços de assistência técnica e garantia e será aplicado sobre o valor do equipamento em manutenção.
- iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.3.1. Comprovação de aptidão técnico-operacional para o fornecimento de bens em características, quantidades, desempenho e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

18.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- I - Atestado de capacidade de fornecimento do(s) equipamento(s), podendo considerar contratos já executados e/ou em execução;
- II - Atestado que se refira a capacidade de ministrar os treinamentos requeridos, podendo considerar a comprovação de treinamentos ministrados por profissionais capacitados;

18.3.2. O Licitante, ou seu Fornecedor, devem possuir portal oficial na web com detalhes da marca e modelo do produto ofertado, assim como a especificação e detalhes técnicos para verificação do produto fornecido, tais como catálogos oficiais, especificações técnicas e documentos do modelo oferecido, que comprovem atender os requisitos exigidos, podendo, em caso de divergências de informações desses materiais técnicos comprobatórios, ser esclarecidas por declaração assinada pelo fabricante original do equipamento informando a divergência de informações.

18.3.3. Apresentar Ofício de atendimento aos requisitos de Proteção Radiológica emitido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear em conformidade com a Posição Regulatória 3.01/001.211 (CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO, ISENÇÃO E DISPENSA DE REQUISITOS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA) da Norma CNEN-NN-3.01 (DIRETRIZES BÁSICAS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA)

18.3.4. Declaração de que apresentará, por ocasião da assinatura do contrato, relação de pessoal técnico autorizado e especializado e declaração formal de sua disponibilidade no Brasil para prestação de assistência técnica necessária para o funcionamento do equipamento durante o período de garantia e após este.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.4.1. Valor Global (itens 1, 2 e 3): R\$ 9.750.503,15 (nove milhões, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e três reais e quinze centavos).

18.4.2. Valores unitários: conforme estimativa de composição de preços referidas no item 18.1.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

19.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 9.750.503,15 (nove milhões, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e três reais e quinze centavos), conforme demonstrado abaixo:

- a) 5 unidades do item 01 - Valor máximo aceitável do item: R\$ 2.276.373,81 (dois milhões e duzentos e setenta e seis mil e trezentos e setenta e três reais e oitenta e um centavos). R\$ 455.274,76 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos) cada unidade.
- b) 2 unidades do item 02 - Valor máximo aceitável do item: R\$ 1.063.260,49 (um milhão e sessenta e três mil e duzentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos). R\$ 531.630,25 (quinhentos e trinta e um mil e seiscentos e trinta reais e vinte e cinco centavos) cada unidade.
- c) 13 unidades do item 03 - Valor máximo aceitável do item: R\$ 6.410.868,85 (seis milhões e quatrocentos e dez mil e oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos). R\$ 493.143,76 (quatrocentos e noventa e três mil e cento e quarenta e três reais e setenta e seis centavos) cada unidade.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

20.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, considerando tratar-se de aquisição por SRP.

Brasília/DF, 16 de maio de 2023.

RICARDO CORDEIRO VITÓRIA DE MORAES
Equipe de planejamento da Contratação

CAIO TADAO JOKO
Equipe de planejamento da Contratação

ERICH ADAM MOREIRA LIMA
Responsável pela Demanda

CAMILA RAMOS CABRAL
Integrante Administrativo

Aprovo nos termos e para os fins do estabelecido no item II do art. 14 do Decreto 10.024/2019.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO
Ordenador de Despesas

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA RAMOS CABRAL, Agente Administrativo(a)**, em 16/05/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO CORDEIRO VITORIA DE MORAES, Perito(a) Criminal Federal**, em 16/05/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAIO TADAO JOKO, Perito(a) Criminal Federal**, em 16/05/2023, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO REIS MONTEIRO NETO, Diretor(a)**, em 17/05/2023, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERICH ADAM MOREIRA LIMA, Perito(a) Criminal Federal**, em 17/05/2023, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29025471** e o código CRC **CDBF0F5E**.